

À: Ouvidoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Assunto: CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CFOPM - EDITAL Nº 35/DGP – PMDF, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016 – EXIGÊNCIA DE TESTE DE NATACÃO NO CERTAME SEM PREVISÃO LEGAL OU EM REGULAMENTOS DA CORPORAÇÃO.

Sr. Ouvidor;

CARLOS EDUARDO PEREIRA, brasileiro, casado, Policial Militar do DF, residente e domiciliado na QUADRA 2 – CONJUNTO D – CASA 103 – SETOR NORTE – GAMA/DF - CEP: 72.430-204, portador do documento de identidade n. 1.896.310, expedido pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n. 690.508.641-04, filho de MARIA SÔNIA PEREIRA e MARIANO CÂNDIDO PEREIRA, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em causa própria, requerer que seja declarado por esta Corte de Contas a ilegalidade do teste de natação do Edital Normativo Nº 35/DGP – PMDF, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016 que estabelece normas relativas à realização do concurso público de admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal (CFOPM), por inexistência de qualquer previsão legal para essa modalidade de exercício físico (natação) nas leis de regência da carreira e em regulamentos da Corporação que regulamenta a carreira Policial Militar do Distrito Federal com sua consequente

ANULAÇÃO DO TESTE DE NATACÃO

DO MÉRITO

A Lei nº 7.289/1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, estabelece as condições para o ingresso na Corporação.

Art. 11. Para matrícula nos cursos de formação dos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar, além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual e psicológica, altura, sexo, **capacidade física**, saúde, idoneidade moral, obrigações eleitorais, aprovação em testes toxicológicos e suas obrigações para com o serviço militar, exige-se ainda a apresentação, conforme o edital do concurso, de diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal.

O artigo 11 da citada Lei nº 7.289/1984, dá o respaldo legal para a Corporação exigir do candidato teste de **capacidade física** e, somente se nele aprovado, ser admitido naquela carreira.

O referido termo **capacidade física** é genérico, por esse motivo a lei em seu artigo 10 estabeleceu que o ingresso nos Quadros da Polícia Militar dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com este Estatuto, em leis e **regulamentos da Corporação**.

Art. 10. O ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal dar-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as condições prescritas neste Estatuto, em leis e em **regulamentos da Corporação**. (Destaquei)

Nesta mesma senda, a Portaria PMDF nº 953, DE 28 DE JANEIRO DE 2015, veio regular o artigo 11 da Lei nº 7.289/1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e exige que todos os policiais militares se submetam ao teste de capacidade física durante toda a carreira, obrigatória e semestralmente, respeitada a faixa etária onde se encontra, estabelecendo cinco exercícios físicos (flexão de braços sobre o solo, abdominal, shuttle run, flexão de braços na barra ou barra estática e corrida aeróbica). Note-se que nessa lista de exercícios físicos não há o teste de natação.

Estes exercícios físicos da Portaria PMDF nº 953, DE 28 DE JANEIRO DE 2015 são os testes de capacidade física que deve ser observado para fins de permitir que o candidato a policial militar ingresse na carreira.

. DA ILEGALIDADE

A administração, por sua vez, preferiu incluir a realização do **teste de natação**, diga-se de passagem, sponte sua, sem qualquer previsão na lei de regência da carreira e em regulamentos da Corporação em total desconsideração com o TAF previsto na Portaria PMDF nº 953, DE 28 DE JANEIRO DE 2015, este sim orientador das condições de ingresso na Corporação com a finalidade de preservar a saúde do policial militar e permitir atingir padrões de desempenho físico compatíveis com a operacionalidade funcional desejada.

É absurdo realizar um teste de capacidade física exclusivamente para ingresso na carreira, e após sua inclusão, nunca mais lhe exigir tal exercício físico (natação).

Jamais poderia a Administração inovar no certame com a exigência de teste de natação, porque a lei de regência da carreira e os regulamentos da Corporação assim não o exige, fazendo tal exigência apenas o Edital normativo do certame, que é evidentemente ilegal, porque traz condição não prevista na lei como fator desencadeante do ingresso do policial militar na carreira, exigência descabida,

desarrazoada, despropositada, com desconsideração à Portaria PMDF nº 953, DE 28 DE JANEIRO DE 2015, exigência essa não prevista em lei.

Tal descabimento fere os princípios da legalidade e da eficiência da administração e seus efeitos não podem ser eliminatórios, apenas em razão do entendimento subjetivo pessoal do Administrador, que preferiu incluir um teste de natação simplismente por sua querência.

A atividade administrativa deve não apenas ser exercida sem contraste com a lei, mas, inclusive, só pode ser exercida **nos termos da autorização contida no sistema legal**. A legalidade na Administração não se resume à ausência de oposição à lei, mas pressupõe autorização dela, como condição de sua ação. Administrar é, conforme disse Seabra Fagundes, em frase lapidar, "aplicar a lei, de ofício". Em suma, a lei, ou mais precisamente, o sistema legal, é o fundamento jurídico de toda e qualquer ação administrativa.

A expressão "legalidade" deve, pois, ser entendida como conformidade à lei e, sucessivamente, às subsequentes normas que, com base nela, a Administração expeça para regular mais estritamente sua própria descrição, adquirindo então um sentido mais extenso. Ou seja, é desdobramento de um dos aspectos da legalidade o respeito, quando da prática de atos individuais, aos atos genéricos que a Administração, com base na lei, haja produzido para regular seus comportamentos ulteriores.

Ora, se não existe autorização contida no sistema legal que rege a carreira do policial militar do DF de realização do teste de natação como condição para o ingresso no Corporação, não pode o Edital normativo do certame, que é ato de concretude da vontade da lei, dispor sobre o que nela não se contém, criando uma nova hipótese limitativa do acesso do candidato ao cargo policial militar, que a própria lei não criou.

Se tudo isso não bastasse, a exigência de teste de natação veiculada apenas pelo Edital normativo, de igual forma, ofende ao princípio da razoabilidade, pois não guarda pertinência alguma com a função de Oficial Policial Militar.

Não fosse, assim, pela ofensa ao princípio da legalidade, o ato padece de nulidade por ofensa ao princípio da razoabilidade.

Nesse sentido, transcrevo a valiosa lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, in verbis:

"... Nos casos em que a Administração dispõe de certa liberdade para eleger o comportamento cabível diante do caso concreto, isto é, quando lhe cabe exercitar certa descrição administrativa, evidentemente tal liberdade não lhe foi concedida pela lei para agir desarrazoadamente, de maneira ilógica, incongruente.

Não se poderia supor que a lei encampa, avaliza previamente, condutas insensatas, nem caberia admitir que a finalidade legal se cumpre quando a Administração adota mediante discrepante do razoável. Para sufragar este entendimento ter-se-ia que atribuir estultice à própria lei na qual se haja apoiado a conduta

administrativa, o que se incompatibilizaria com os princípios da boa hermenêutica. inválido, pois não se poderia considerá-lo confortado pela finalidade da lei. Por ser inválido, é cabível sua fulminação pelo Poder Judiciário a requerimento dos interessados.

Não haverá nisto invasão do "mérito" do ato, isto é, do campo da discricionariiedade administrativa, pois discricção é margem de liberdade para atender o sentido da lei e em seu sentido não se consideram abrigadas inteleccções induvidosamente desarrazoadas, ao menos quando comportar outro entendimento".

Não se trata aqui de negar o amparo legal e editalício da exigência de **capacidade física** no âmbito do concurso para ingresso nos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal, pois, guarda correspondência com a lei e as atribuições do cargo, pacífico na jurisprudência dos tribunais pátrios, e sim de arguir que o TESTE DE NATAÇÃO, em específico, fora inserido apenas no Edital do certame, de forma ardilosa, criando exigência sem respaldo legal.

. DO COMPARATIVO COM A PMGO

Veja, a título de exemplo, a **Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO)**.

A PMGO possui a Lei nº 8.033/1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás, e estabelece as condições para o ingresso na Corporação goiana.

LEI Nº 8.033, DE 02 DEZEMBRO DE 1975

Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Goiás e dá outras providências.

Art. 11 Para **ingresso** no Quadro de Oficiais da Polícia Militar - QOPM do Estado de Goiás exigir-se-á que o candidato:

II - seja considerado habilitado em exames de **capacidade física** e de avaliação psicológica, ambos de caráter eliminatório;

Novamente, a lei de regência da carreira traz a previsão legal do termo “**capacidade física**”, que exige do militar a aptidão física como um dos critérios essenciais ao ingresso nos quadros da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), mas que em nenhum momento especifica a forma de aferição do requisito em questão.

Por trazer apenas uma disposição genérica (capacidade física), a própria lei, em seu artigo 10, remete o leitor às **normas e regulamentos da Corporação**.

Art. 10 - O ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, sem distinção de raça, sexo ou crença religiosa, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, observadas as condições prescritas em lei e nos **regulamentos da Corporação**. (Destaquei)

Desta forma, a Portaria PMGO Nº 42/2008, que estabelece normas e condições para o teste de avaliação física, no âmbito da Corporação goiana, regulou o artigo 11 da Lei Nº 8.033, DE 02 DEZEMBRO DE 1975, com a finalidade de preservar a saúde do policial militar e permitir atingir padrões de desempenho físico compatíveis com a operacionalidade funcional desejada por esta Corporação.

PORTARIA Nº 42/2008 – PM/1

ESTABELECE NORMAS E CONDIÇÕES PARA O TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA

Art. 4º Os testes de avaliação física obedecerão aos seguintes padrões e periodicidade:

I – TAF Padrão Inclusão (TAF/PI), a ser aplicado aos candidatos a **ingresso** na Corporação de acordo com o edital respectivo;

§ 1º O TAF Padrão Inclusão (TAF/PI) será composto dos seguintes exercícios:

- I - tração na barra;
- II - abdominal;
- III - flexão de braços;
- IV - corrida de 12 (doze) minutos; e
- V - natação: 25 (vinte e cinco) metros.**

Assim, há a previsão no regulamento da Corporação goiana para o teste de natação, diferentemente da PMDF que não há tal previsão.

DO PRECEDENTE DESTA CORTE DE CONTAS

No ano de 2009 o Distrito Federal lançou o EDITAL Nº 32/DP – PMDF, DE 29 DE MAIO DE 2009, tornando pública a abertura das inscrições ao concurso público de admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal (CFOPM/2010).

Nesta oportunidade houve, igualmente, inovação no certame sem amparo legal, qual foi a exigência de nível superior de **graduação em Direito**.

Assim previa o Edital Nº 32/DP – PMDF, DE 29 DE MAIO DE 2009:

3.1.1 DOS REQUISITOS GERAIS:

c) ter concluído curso de nível superior de **graduação em Direito**, comprovado por diploma, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), até a data de inclusão; (Destaquei)

Por três votos a um, acompanhando o voto do relator, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, decidiu considerar ilegal a exigência de graduação em nível superior específico não prevista em lei – Bacharelado em Direito, contida no edital de abertura de inscrições ao Concurso Público de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (CFOPM), para provimento de vagas em 2010.

Na Decisão o TCDF recomenda ao Chefe do Executivo Distrital que, doravante, busque medida legislativa (lei formal) que ampare a exigência de escolaridade de nível superior em casos não previstos em lei.

(Processo 11053/2008. disponível em www.tc.df.gov.br, acesso em 24 de setembro de 2009).

A Administração Pública não pode agir contra legem ou mesmo praeter legem, mas, tão somente secundum legem. Logo, como leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:

“a função do ato administrativo só poderá ser a de agregar à lei nível de concreção; nunca lhe assistirá instaurar originariamente qualquer cerceio a direitos de terceiros.”

DO PEDIDO

Voltando à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), se a Portaria PMDF nº 953, DE 28 DE JANEIRO DE 2015, que aprova as regras para o Teste de Aptidão Física (TAF) na Polícia Militar do Distrito Federal e regula o artigo 11 da lei 7.289/1984, exige do militar, obrigatória e semestralmente, a execução de apenas cinco exercícios físicos durante toda a sua carreira, e não há a previsão da natação, não há que se falar em TESTE DE NATAÇÃO no concurso público para o cargo de Oficial da Polícia Militar, portanto, apenas criando obrigação em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Assim, considerando, inexistente qualquer previsão legal para essa modalidade de exercício (natação) nas leis de regência da carreira e em regulamentos da Corporação que regulamenta a carreira Policial Militar do Distrito Federal, requeiro que seja declarado por esta Corte de Contas a ilegalidade deste exercício físico (natação) com

sua consequente **ANULAÇÃO DO TESTE DE NATAÇÃO** mantendo os testes em barra fixa, flexão abdominal e corrida de 12 minutos por estes exercícios terem previsão legal na portaria PMDF nº 953, DE 28 DE JANEIRO DE 2015 e guardar pertinência com as atribuições do cargo de Policial Militar, na graduação de Aluno-Oficial PM, do Quadro de Praças Especiais e por serem estes exercícios físicos exigidos pela Corporação ao longo de toda a carreira do Policial Militar.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2017

CARLOS EDUARDO PEREIRA

CPF: 690.508.641-04